

Roberto Hofmeister Pich | Alfredo Santiago Culleton

Scholastica colonialis & Scholastica iberica:
Novos Estudos

Apresentação

A «escolástica colonial» em questão designa, na história das ideias, a recepção e o desenvolvimento da Escolástica Barroca ou da Segunda Escolástica, do século 16 ao século 18, nos países da América Latina. Não resta dúvida de que ela só pode ser adequadamente descrita e compreendida se, em especial, a «escolástica ibérica» – ou seja, aquela que, sobretudo por intelectuais das ordens religiosas e pelo mesmo período, foi desdobrada nas instituições acadêmicas da Espanha e de Portugal e de fato maximamente caracteriza aquele mesmo movimento – for não só levada em consideração, mas profundamente estudada e entendida em seus textos, autores e temas.

Efetivamente, em diversos casos estar-se-ia tratando até mesmo de textos e autores que, rigorosamente, pertenceram tanto ao Novo quando ao Velho Mundo – como o são explicitamente pensadores como Tomás de Mercado O.P. (1525-1575) e José de Acosta S.J. (1540-1600). Levando-se em conta, ademais, que autores e textos da escolástica ibérica foram interlocutores de ideias majoritárias dos intelectuais latino-americanos de então – um breve olhar aos textos principais de Jerónimo Valera O.F.M. (1568 – 1625), Alfonso Briceño O.F.M. (1587 – 1668), e Diego de Avendaño S.J. (1594 – 1688) expõe esse fato de maneira não controversa –, e que a rota inversa também teve ocasião, ou seja, a recepção e a

influência de escolásticos latino-americanos sobre intelectuais ibéricos e europeus – em que se poderia mencionar Antonio Rubio S.J. (1548 – 1615) e a história da recepção de seus *Commentarii in universam Aristotelis dialecticam* (Alcalá, 1603), pouco depois levemente abreviados como *Logica mexicana* e fixados como livro texto na Universidade de Alcalá, bem como o também jesuíta José de Aguilar (1652 – 1708) e o seu realmente completo *Cursus philosophicus dictatus Limae* (Sevilla, 1701) –, a cooperação entre projetos que enfocam um e outro caso designados pelas rubricas historiográficas se faz tanto mais desejável. Em verdade, o presente volume de *Mediaevalia – Textos e Estudos* ilustra o quanto esse trabalho conjunto é mais do que um mero desiderato metodológico: é, com efeito, uma condição metodológica necessária. Com efeito, a Segunda Escolástica da qual se trata aqui é, unindo então as duas expressões em primeira instância geográficas, «íbero-americana».

Em termos mais específicos, o presente volume ilustra tal proposição justamente celebrando resultados do segundo ano de execução do projeto «Scholastica colonialis», isto é, um projeto concebido originalmente por Roberto Hofmeister Pich (PUCRS / Brasil) e Alfredo Santiago Culleton (UNISINOS / Brasil), apoiado pela Coordenação de Apoio de Pessoal de Nível Superior (CAPES – Brasil). Os termos e a concepção do projeto já são agora amplamente conhecidos¹. Desde o seu início, ele foi programado em seguimento a uma cooperação internacional com grupos de pesquisa em pelo menos outros quatro países: Chile (PUC-Chile, Santiago de Chile), Peru (PUC-Peru, Lima), Espanha (Universidade de Salamanca) e, muito em especial, Portugal (Instituto de Filosofia da Universidade do Porto). Neste último caso, quer-se dizer especificamente o projeto «Iberian Scholastic Philosophy at the Crossroads of Western Reason: The Reception of Aristotle and the Transition to Modernity», sob a direção de José Meirinhos, aprovado em

¹ Originalmente, o projeto foi apresentado à comunidade científica in R. H. PICH, «SIEPM Project “Second Scholasticism”»: *Scholastica colonialis*», in *Bulletin de Philosophie Médiévale* 52 (2010) 25-45. Os resultados dos dois primeiros anos estão apresentados também in R. H. PICH and A. S. CULLETON, «SIEPM Project: *Scholastica colonialis* – Reception and Development of Baroque Scholasticism in Latin-American Countries, 16th-18th Centuries: The First Two Years of a Project», in *Bulletin de Philosophie Médiévale* 54 (2012), [21-42]. Cfr. também R. H. PICH – M. L. PULIDO – A. S. CULLETON, «Introducción: Ideas sin fronteras en los límites de las ideas – *Scholastica colonialis: Status quaestionis*», in R. H. PICH – M. L. PULIDO – A. S. CULLETON (eds.): *Ideas sin fronteras en los límites de las ideas. Scholastica Colonialis: Status Quaestionis*, (Série Estudios, 7) Ed. Cáceres – Imprenta Kadmos, Cáceres – Salamanca 2012, pp. 11-31.

2009 e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal (ref. PTDC/FIL-FIL/109889/2009). Entre outras áreas de estudo, esse projeto inclui o estudo da transmissão ao Brasil do pensamento filosófico e teológico no período da segunda escolástica, contando desde o início, entre os seus membros, com pesquisadores brasileiros para esta área de estudos, a qual tem recebido crescente atenção nos últimos anos. A publicação destes estudos na revista do Gabinete de Filosofia Medieval enquadra-se nas atividades de colaboração direta entre os dois projetos.

Neste volume de *Mediaevalia*, o primeiro estudo enfoca justamente uma inquirição frequente com respeito à introdução da filosofia escolástica europeia no continente americano, a saber, sobre quais eram as características do pensamento filosófico ou, mais exatamente, da cosmovisão anterior àquela que proposta e mesmo imposta pelos colonizadores ocidentais oriundos da Pensínsula Ibérica. Lúcio Álvaro Marques, em «Antropologia e silêncio: veredas do pensamento pré-colombiano», após circunstanciar as críticas de Michel Foucault e de Henrique C. de Lima Vaz sobre o tópico do ingresso dos povos americanos na história como narrativa dos fatos sobre o ser humano, apresenta uma «antropologia pré-colombiana» que, pode-se afirmar, foi efetivamente silenciada pelos colonizadores, a saber, aquela contida na obra documental maia chamada *Popol Vuh* ou «Livro da Comunidade», «Livro do Conselho» (da sexta década do século 16). Esta, junto com os extratos mais antigos (e efetivamente pré-hispânicos e do primeiro período colonial) da miscelânea maia-hispânica *O livro dos livros de Chilam Balam*, é uma das mais vivas expressões da compreensão americana original do universo e do ser humano, da religião e visão de mundo prévias à vinda dos europeus.

Em seguida, inaugurando um conjunto de três estudos sobre assuntos da filosofia política e do direito, Fernando Rodrigues Montes D'Oca, em «O direito positivo das gentes e a fundamentação não naturalista da escravidão em Francisco de Vitoria (1483-1546)», tanto apresenta a doutrina sobre o «direito das gentes» (*ius gentium*) de Francisco de Vitoria como explica por que Francisco de Vitoria não aceita uma fundamentação naturalista do mesmo. A tese central de Vitoria é que não é possível fundamentar naturalmente nem o direito das gentes nem a escravidão; afinal, nenhum desses é respectivo ao que é absolutamente justo, mas somente “ao que é relativamente justo”. Direito das gentes e escravidão, como itens que “implicam justiça apenas relativamente”, só podem pertencer ao direito positivo. Alfredo Santiago Culleton, em «Origin and Autonomy of Money according to Martín de Azpilcueta (1492-1586)» / «Origem e autonomia do dinheiro, de acordo com Martín de Azpilcueta (1492-1586)», como parte de um amplo pro-

jeto de pesquisa acerca das bases filosóficas das teorias da economia das escolas ibéricas nos séculos 16-17, em especial a escola de Salamanca, ilustra uma maneira fundamental de trabalhar o conceito de filosofia da economia na Segunda Escolástica, nesse caso, no pensamento de Martín de Azpilcueta. Parte da tarefa consiste em revisitar o modo de discussão dos conceitos de dinheiro e moeda (de câmbio) em Aristóteles e Tomás de Aquino, investigando, em um segundo momento, a maneira como o mestre de Salamanca e Coimbra adota e adapta esses mesmos conceitos para as novas questões da economia, no século 17. Alfredo Storck, em «The Jesuits and the Indigenous Slavery: a Debate over Voluntary Slavery in Brazilian Colonial Period» / «Os jesuítas e a escravidão indígena: um debate sobre a escravidão voluntária no período colonial brasileiro», afirma que, em 1566, uma nova legislação sobre a escravidão no Brasil acabou motivando justamente um debate entre dois membros destacados da Companhia de Jesus de então, a saber, Quirício Caxa (1538-1599) e Manuel da Nóbrega (1517-1570). Ambos debatem acerca das condições e dos limites da escravidão indígena. Para Quirício Caxa, um ser humano poderia vender os seus filhos ou a si mesmo em casos de *grande* necessidade, ao passo que, para Manuel da Nóbrega, tal forma de venda só poderia ocorrer em casos de *extrema* necessidade. Seguindo essa distinção, as razões de um e outro autor são detalhadamente apresentadas e discutidas também com respeito à literatura atualizada sobre o assunto.

Outros pensadores jesuítas aparecem em destaque no segundo conjunto de textos do presente número. Flávio Schmitt, em «Recepção de São Paulo na obra *De procuranda indorum salute*, de José de Acosta», oferece uma face diferente da obra de um evangelizador na América Latina do século 16. Em vez de destacar a violência e a escravização dos povos indígenas como consequência do encontro do «Novo Mundo» com os europeus, em vez de meramente salientar o quanto a colonização e a evangelização empreendida pelas Ordens Religiosas foram uma «agressão à cultura e à história» dos povos do continente, o autor percebe em José de Acosta (1540-1600) uma voz em defesa dos indígenas. Ao estudar a obra monumental *De procuranda indorum salute*, que José de Acosta fez publicar em 1588, o autor valoriza e destaca, sobretudo, a presença da teologia de Paulo, em particular da teologia da missão de Paulo, no professor de Bíblia (Novo Testamento) que foi o mestre jesuíta. Em «“Rastrear la primera causa”. A doutrina mística do *Sílex do Divino Amor*, do *criollo* jesuíta Antonio Ruiz de Montoya», Luiz Fernando Medeiros Rodrigues e Gabriele Rodrigues de Moura destacam Antonio Ruiz de Montoya como um dos mais notáveis jesuítas ativos nas missões guaranis do Paraguai, no século 17. Em especial após a sua viagem à Espanha, onde esteve

com o intuito de obter respaldo real para a proteção dos índios ameaçados pelas bandeiras vindas da região de São Paulo (Brasil), Montoya retornou à Lima, cidade onde faleceu em 1652. Neste estudo, a meta dos autores é salientar a obra montoyana *Silex do Divino Amor*. Como tal, ela foi escrita para trazer o discípulo de Ruiz de Montoya, a saber, Francisco del Castillo, para a vida contemplativa. Parte da obra se compreende somente a partir da «própria experiência existencial e de oração pessoal» de Ruiz de Montoya. Ao mesmo tempo, ela reflete a literatura mística da escolástica barroca do século 17. Os elementos «internos» e «externos» do *Silex*, uma vez compreendidos, ilustram com riqueza a mística barroca.

Em seguida, Roberto Hofmeister Pich, Renata Floriano e Pablo Fernando Campos Pimentel, em «Diego de Avendaño sobre a opinião provável – Tradução e edição simplificada de Diego de Avendaño S.J. (1594-1688), *Auctarium Indicum seu Tomus Tertius ad indici thesauri ornatius complementum, multa ac varia complectens extra rem indicam sacrarum professoribus profutura*, precedida de uma introdução», (correspondente ao «§ I – O que é a opinião provável, segundo a sua definição maximamente própria» (§ I – *Quae sit opinio probabilis secundum maxime propriam eius rationem*, nn. 26-44), da Parte I, Seção I, *Appendix circa opinionem probabilem, et obligationem respectu illius iuxta gradum probabilitatis*, nn. 25-94) oferecem, pela primeira vez em língua portuguesa, uma tradução de um importante texto teórico de Diego de Avendaño (1594-1688), extraído do terceiro volume do seu *Auctarium indicum*. Ilustrando um desenvolvimento teórico emblemático tanto de Diego de Avendaño como dos jesuítas na América Latina, em particular no Vice-Reino do Peru, o texto traduzido traz uma discussão fundamental sobre o que é uma opinião provável e como uma visão de opinião provável foi tácita ou explicitamente assumida por autoridades em teologia. Antes da tradução, os autores oferecem uma breve introdução ao lugar de Diego de Avendaño nos debates com respeito ao probabilismo na teologia e filosofia do século 17, bem como um resumo das teses elaboradas no texto. A tradução rastreia todos os autores e todas as obras mencionadas por Avendaño, no trecho em enfoque, perfazendo assim um modelo simples para estudos na área, a saber, estudos que ofereçam uma descrição do contexto histórico das ideias filosóficas e teológicas, em seguida uma descrição e certa análise do texto em destaque, uma edição cuidadosa do texto latino e uma tradução do texto (para o vernáculo, neste caso, a língua portuguesa).

Dois estudos exploram a escola scotista do Convento de São Francisco de Lima, na cidade homônima. No primeiro, sobre a obra lógica do scotista peruano Jerónimo Valera (1568-1625), representante de uma segunda geração de mestres

franciscanos naquele convento, Roberto Hofmeister Pich em «Jerónimo Valera's (1568-1625) Scotistic Account on the Nature and Properties of Logic» / «O relato scotista de Jerónimo Valera (1568-1625) sobre a natureza e as propriedades da lógica», oferece uma descrição e uma análise modesta do pensamento de Valera sobre a lógica como hábito e, mais propriamente, ciência. Isso foi essencialmente feito por Valera no começo das suas *Summulae dialecticae* e na Distinção I do Livro I dos seus *Comentários* scotistas à lógica de Aristóteles – ambas as obras publicadas em 1610. Para o propósito de explicar e determinar a lógica como ciência, uma ênfase particular é colocada na concepção de Valera acerca do «objeto» (*obiectum*) da lógica. Por sua vez, Márcio Paulo Cenci, em «Apreensão de tipo *in quo* e *ut quo* em Alfonso Briceño», oferece um novo estudo sobre o notável scotista, de origem chilena, porém educado em Lima, Alfonso Briceño (1587-1668). O foco recai sobre a distinção *in quo* e *ut quo*, utilizada por Briceño para explicitar, na Controvérsia IX da sua *Prima Pars Celebriorum Controversiarum in Primum Sententiarum Ioannis Scoti Doctoris Subtilis* (publicada em Madri, 1639 (1642)), modos de apreensão cognitiva de uma essência. Márcio Paulo Cenci alega que a distinção é em si necessária para explicar a função das «espécies» produzidas ou inseridas no intelecto, mais em específico para explicar a possibilidade de um intelecto criado efetivamente obter, agora, conhecimento de Deus. Parte do estudo consiste em indicar que a distinção proposta por Alfonso Briceño pode – para fins de esclarecimento e, contudo, não na forma de um mero paralelismo – ser comparada com a distinção originalmente feita por João Duns Scotus entre «conhecimento intuitivo» e «conhecimento abstrativo».

Os dois artigos finais, em uma seção de «Varia», estão ligados, de todo modo, ao tema da escolástica ibérica e colonial, a saber, pelo fato mesmo de explorarem correntes de pensamento paralelas, em uma linha de tempo, ou serem o resultado de um mesmo esforço de convencimento e de confronto de ideias. Ora, uma vez que a escolástica barroca em seu lado ibérico e em seu lado latinoamericano ou colonial são contemporâneas à assim chamada «filosofia moderna», é oportuna – e ainda incipiente – a descrição de um domínio comum de interesses e debates entre autores escolásticos e modernos, em especial no campo da filosofia política. É, portanto, bem-vindo o estudo realizado por Marcelo Gross Villanova, em «The Right of Resistance and Religious Motivation according to Thomas Hobbes and Jean Bodin» / «O direito de resistência e de motivação religiosa de acordo com Thomas Hobbes e Jean Bodin». O autor explora a motivação religiosa, dentro do direito de resistência, na filosofia política de Jean Bodin e de Thomas Hobbes. Se

Bodin forja a noção de soberania e se Thomas Hobbes a acentua sobremaneira, em teorias que fundam efetivamente a concepção do «estado moderno», o estudo traça limites para as relações, conflitantes, entre religião e política no primeiro período da modernidade. De fato, em contraste, possivelmente, com pensadores políticos escolásticos, as relações políticas modernas, representadas por aqueles dois autores, querem atingir um patamar em que a fidelidade confessional e mesmo as variedades confessionais estão desligadas dos rumos do estado e da cidadania, caracterizando assim, e mais uma vez, os processos de laicização dos estados modernos e da distância oficial entre a igreja e o poder estatal.

Um estudo profundamente original e inovador encerra o número, revelando, em certo aspecto, a ideia de diversas «escolásticas coloniais» – ou ao menos resultantes de missões presenciais europeias em outros países e territórios do mundo, a partir do final do século 15 e início do século 16. Ora, em «Scholasticism in Early Modern Japan» / «A escolástica no Japão do início da modernidade», Yoshihisa Yamamoto apresenta, em verdade, a história do cristianismo no Japão. Parte importante dessa história são os escritos escolásticos, que revelam a influência da teologia e filosofia europeias no Extremo Oriente. Se muitos escritos foram perdidos, outros sobreviveram, em bibliotecas de todo o mundo. O Japão, em si, jamais foi «colonizado». O cristianismo teve início no Japão com Francisco Xavier (*ca.* 1506-1552), que lá chegou em 1549. Apesar de conversões em massa no início, o cristianismo foi perseguido já no século 16, e as missões, em boa medida, foram suprimidas. Os missionários encontraram uma civilização já bastante desenvolvida. A «racionalidade» exigida pelos neoconvertidos sempre impressionou o próprio Francisco Xavier. Nesses termos, a escolástica da época teve de entrar em diálogo com um «pensamento asiático» racionalmente elevado e exigente. Poucos pesquisadores estudaram os textos cristãos japoneses em uma ótica rigorosamente teológica e filosófica. Levando em conta que a maior parte dos materiais existentes se encontra na língua japonesa, e reconhecendo que os estudos na áreas da história e da linguística estão já em um estágio bastante avançado, o autor esforça-se em apresentar em língua inglesa os traços da literatura escolástica produzida naquele encontro de cosmovisões. O resultado pode, sem dúvida, ser deveras útil para os diálogos interreligiosos e interculturais do mundo atual. O autor efetivamente apresenta cada livro de interesse teológico e filosófico escrito no «século cristão» da história do Japão, resultado do encontro de culturas e visões de mundo, no século 16. O artigo é, assim, uma excepcional «visão perspectiva da literatura cristã japonesa nos séculos 16 e 17».

